

## Auxílio emergencial contra crise deixa de fora 21 milhões de trabalhadores

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Especialistas veem ajuda de R\$ 600 como correta, mas alertam que pobres com emprego formal e muitos microempreendedores ficam sem ajuda

SÃO PAULO E RIO - O auxílio emergencial oferecido pelo governo para os mais afetados pela pandemia do coronavírus não será, na visão dos especialistas, suficiente para atender a toda a população desassistida do país. Apesar dos avanços da regulamentação e o alcance do pagamento de R\$ 600 mensais aos informais, um contingente de ao menos 21 milhões de pessoas não receberá a ajuda.

Para receber o auxílio, o governo definiu que os interessados precisavam estar, até o dia 20 de março, sem emprego com carteira assinada, com renda pessoal de até R\$ 522,50 ou renda familiar de, no máximo, três salários mínimos (R\$ 3.135).

Tatiana Roque, professora da UFRJ e vice-presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, afirma que, ao impedir o acesso de quem tinha emprego formal, o governo excluiu 15 milhões de pessoas. São os que têm emprego formal, mas estão no Cadastro Único do Ministério da Cidadania, que reúne 78 milhões de cidadãos de baixa renda no país:

— Uma pessoa pode receber até três salários mínimos com emprego formal, mas vive em uma família numerosa e fazia bico para complementar a renda. Agora não poderá mais tentar uma renda extra e ficará mais vulnerável, sem auxílio.

Segundo o Sebrae, 6,3 milhões de microempreendedores individuais (MEI) se somam ao universo dos que ficaram de fora do programa, elevando para mais de 21 milhões os que não têm direito de receber o auxílio.

— A medida é bastante louvável e inclui cerca de 3,6 milhões de MEI que se enquadram no critério do governo. Mas claro que não chega a ser suficiente para atender ao universo atual, de quase dez milhões de microempreendedores individuais — estimou Carlos Melles, presidente do Sebrae.

O recorte definido pelo governo também deixou de fora motoristas de aplicativos e taxistas que, até março, conseguiam faturar bem, mas viram a receita despencar com o avanço da quarentena. Essas categorias foram incluídas no programa do auxílio emergencial do governo, mas precisam atender o critério de renda pessoal de até R\$ 522,50 ou renda familiar de até três salários mínimos.

O taxista Roberto Wilson Damasceno, de 55 anos, chegava a faturar R\$ 3 mil por mês antes da crise. Agora, a renda despencou. Em dois dias, só conseguiu fazer três corridas. Com isso, ficou no prejuízo. Gastou R\$ 120 (combustível e pedágio) e recebeu R\$ 48. Ele vem usando o cartão de crédito para fazer compras:

— Só estou comprando o essencial, mas quando a fatura do cartão chegar não vou ter como pagar.

O economista Marcelo Medeiros, professor visitante da Universidade de Princeton, reclama da demora na distribuição do dinheiro:

— A medida não é suficiente, e estas pessoas deveriam estar recebendo há semanas.

Marcelo Neri, diretor da FGV Social, afirma que um desafio para o governo é assegurar que os critérios sejam respeitados, embora defenda que o governo seja generoso:

— A demanda será muito maior que a imaginada.

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), mais de um bilhão de trabalhadores no mundo correm risco de perder o emprego ou ter o salário reduzido na crise.

Colaborou Luciana Casemiro